

Cerimónia de instalação dos Órgãos Autárquicos do Município de Bragança

Cerimónia de instalação dos Órgãos Autárquicos do Município de Bragança - Assembleia Municipal e Câmara Municipal – dia 9 de Novembro (segunda-feira), pelas 17h00, no Teatro Municipal de Bragança.



Ex. mo Senhor Presidente e Secretários da Assembleia Municipal cessante
Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia
Senhores membros eleitos da Assembleia Municipal
Autoridades civis, militares e religiosas
Convidados, comunicação social

Saúdo todos os eleitos agora empossados, consequência da vontade expressa de muitos dos nossos concidadãos, que ao exercerem o seu direito e dever de cidadania, decidiram a constituição dos órgãos representativos das freguesias e do município para os próximos quatro anos.

Saúdo as autoridades civis, militares e religiosas que a nós se associaram neste acto solene de instalação dos órgãos autárquicos e que assim manifestam o sentido da colaboração necessária entre instituições, tendo presente o bem comum.

Saúdo todos os convidados presentes que quiseram partilhar este primeiro momento de responsabilidade individual e colectiva dos eleitos, que pelo período do mandato conferido, nos obrigamos, a fazer prevalecer valores colectivos como: a igualdade de direitos e de oportunidades, a solidariedade, a tolerância, o primado do interesse geral sobre os interesses particulares e partidários.

Uma especial saudação para todos os que terminaram funções nos órgãos da freguesia e do município, que com dignidade cumpriram um dever cívico, alguns em mandatos sucessivos, dedicando muitos anos à tarefa de engrandecimento da nossa terra, fazendo-o na condição de mulheres e homens livres, que aceitaram contribuir com muita da sua disponibilidade e saber.

Admirando o trabalho de todos os eleitos que abraçaram activamente as tarefas inerentes à delegação conferida pelos cidadãos, permitam-me que nesta saudação destaque, a acção do Eng.º Machado Rodrigues que durante cerca de duas décadas, deu ao município o seu contributo de forma muito positiva, em particular enquanto Presidente da Assembleia Municipal cessante. Destaco o envolvimento das senhoras e senhores vereadores que cessam ou continuam funções e que a todo o momento deram de forma positiva e construtiva o seu melhor contributo no âmbito da gestão municipal que deixa referências positivas para as gerações vindouras.

Os Bragançanos decidiram democraticamente pela continuidade, delegando a orientação e execução das políticas municipais à candidatura apresentada pelo Partido Social Democrata. Agradeço a todos os cidadãos que nos confiaram a responsabilidade de governar, aos quais asseguro que à gestão dedicaremos o nosso total empenho e saber, no sentido de continuar a dignificar o município, garantindo estabilidade governativa, procurando os melhores resultados a favor de todos, no respeito por todos, compromisso extensivo aos que exerceram o seu direito de voto, mas também aos que não cumpriram um dever de cidadania, não votando, por opção ou impedimento.

Aos eleitos agora empossados, formulo votos de bom trabalho, entendido como o resultado das decisões políticas que na divergência de pensamento, tem de encontrar as orientações de política pública que melhor sirvam os interesses de progresso de Bragança, exercício que conciliará as legítimas exigências dos cidadãos com os recursos disponíveis, sempre insuficientes, situação que obriga a decidir considerando prioridades, exercício no qual prevalecerá a vontade expressa no acto eleitoral.

Propomo-nos continuar o trabalho que nos últimos anos tem assegurado bons resultados no investimento público municipal, no reforço do activo fixo do município, no equilíbrio das finanças do município, na qualidade de vida e bem-estar dos Bragançanos, no reforço da boa imagem e competências de Bragança, enquanto Cidade de Equilíbrio Regional.

No município, na transição do milénio, os resultados globais do trabalho dos cidadãos, das Instituições públicas e privadas e das empresas são marcadamente positivos, reconhecidos externamente por entidades credíveis. O município tem assegurado liderança e plena regularidade na execução das políticas municipais, situação bem evidenciada nas acções de natureza inspectiva e de avaliação comparativa. O mais recente Anuário Financeiro dos 308 municípios do país, coloca o de Bragança, na 9.ª posição ao nível de conformidade global e na 10.ª posição em termos de eficiência financeira.

A nossa orientação continuará assente em princípios de justiça, procurando na hierarquização das decisões responder às solicitações do maior número de cidadãos em particular às dos mais necessitados; de prudência, no sentido de não desperdiçar o que a todos custa, assegurando equilíbrio entre as pretensões apresentadas e que venham a ser consideradas como legítimas e os recursos disponíveis que sendo de origem pública, são escassos, agora ainda mais face à crise que o país atravessa; princípios de rectidão, no sentido do pleno respeito pelos cidadãos e no absoluto cumprimento das disposições legais, assegurando um governo estável e empreendedor, com resultados de progresso e bem-estar de que os Bragançanos se continuam a orgulhar.

Estamos cientes, de que todos temos vontade de fazer muito e bem, também da reduzida margem de manobra que resulta da dura realidade do país, com a economia em recessão, quebra nas receitas fiscais, investimento público a níveis muito abaixo do esperado, economia fortemente endividada e em perda de competitividade, a divergir desde há uma década, da média dos países da EU, dívida pública elevada a rondar os 70% do PIB, não sendo perceptível no país uma visão estratégica global, que possa ser apresentada aos portugueses de forma simples, compreensível e mobilizadora.

A outra realidade tem a ver com a interdependência de políticas entre o nível local e nacional, sendo que os recursos próprios dos municípios do interior são demasiados baixos para fazer frente à complexa situação criada por uma cultura centralista de décadas, que acentuou desigualdades entre regiões, deixando para trás um interior despovoado, envelhecido, com índices de desenvolvimento humano muito abaixo da média do país e a cerca de metade das regiões vizinhas espanholas.

Estamos cientes de que, no interior do país, a voz e pensamento regional estão cada vez mais debilitados, seja pela forma insuficiente como a representação parlamentar regional é assegurada, seja pela ausência de um poder político regional efectivo com legitimidade política, autonomia administrativa e financeira.

Preocupa-nos muito, o facto de a agricultura no país ter sido desvalorizada social e economicamente, deixou de ser considerada um sector estratégico, da soberania e do desenvolvimento sustentável, ao ponto de a dependência alimentar do exterior ser já de 80%. O país sofre com esta situação, deixando para trás importantes parcelas do território com destaque para as zonas de montanha, com a agravante de as perspectivas reais de reversão do declínio económico e demográfico serem muito indefinidas.

Os jovens, cada dia mais qualificados (embora em termos comparativos a nível europeu, a Taxa de licenciados seja das mais baixas), não encontram nas zonas rurais condições de viabilidade de fixação e início de actividade e no país já não encontram oportunidade suficiente, daí que Portugal seja um dos países da OCDE com uma das maiores percentagens de população qualificada a viver no estrangeiro.

As políticas centralistas têm acentuado as desigualdades entre regiões e entre cidadãos. Para trás ficam parcelas importantes do território nacional, a Região Norte no seu conjunto é o exemplo da falta de coesão no país, destacando-se dentro desta situações idênticas, como seja, os territórios de fronteira, prejudicados de forma dura no sistema de ensino, nos serviços públicos de proximidade e no rendimento médio das famílias, por isso no nosso distrito, os

cidadãos recebem em termos médios a pensão mais baixa do país, situação que tenderá a agravar-se face às reduzidas perspectivas para os territórios rurais.

Preocupa-nos o presente e o futuro das nossas aldeias e vilas, cada dia com melhores infra-estruturas, mas sem perspectivas de reconversão económica se o actual modelo de desenvolvimento não for corrigido e se não forem tomadas medidas de rotura de âmbito fiscal, por parte da administração central, fixando para o IRC e IRS valor igual a zero, incidentes pelas NUTs Fronteiriças de mais baixos índices de desenvolvimento, no sentido de ajudar a fixar actividades económicas e população jovem, enquanto os índices de desenvolvimento humano não se aproximarem da média nacional.

Preocupa-nos o atraso na concretização de investimentos públicos essenciais, nas acessibilidades, no apoio diferenciado à captação de investimento privado, na promoção de medidas para a inovação e competitividade, na falta de investimento para consolidação das infra-estruturas do Instituto Politécnico, para melhoria das condições de funcionamento de serviços públicos, como seja: Notariado; Grupo Territorial da GNR; Serviços de Finanças, entre outros. Destaque para a área da saúde, em que, em termos relativos nos estamos a atrasar demasiado relativamente a outras unidades de saúde próximas, tanto na melhoria das condições físicas como tecnológicas e por arrastamento nos recursos humanos.

Estamos conscientes de que no município têm sido promovidos importantes avanços ao nível das infra-estruturas e equipamentos culturais e desportivos, da qualificação urbana, da formação, do ensino com destaque para o ensino superior, da rede social e da economia, em particular nos sectores do turismo e da indústria, este claramente orientado para a exportação, aproximando Bragança de mercados externos competitivos.

Em sectores essenciais tem estado a ser criadas bases de desenvolvimento que irão alavancar de forma sustentada a cooperação e a competitividade à escala regional, permitindo a Bragança consolidar a condição de Cidade de Equilíbrio Regional, mais competitiva, qualificada e integradora.

Estamos conscientes de que a política local não pode ser concretizada sem pensamento global, associado a agendas prioritárias como: a das alterações climáticas, a da energia, a da segurança alimentar e a do combate à pobreza. De que a luta pela coesão tem ser constante e prioritária, reclamada a favor do desenvolvimento do país como um todo, contra o centralismo que empobrece, retira oportunidade e voz ao interior.

Bragança, como cidade fronteiriça, porta de entrada e saída para o mercado europeu, próxima de importantes aglomerados urbanos de Espanha, tem como mercado prioritário o país vizinho, sem perder de vista o mercado europeu em geral. Por isso o nosso empenho na fixação em Bragança de entidades ligadas à cooperação transfronteiriça como seja a sede portuguesa da Fundação Rei Afonso Henriques e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, no sentido da coordenação de políticas e estratégias de desenvolvimento.

Zamora e Léon integram a rede de cidades geminadas com Bragança, um triângulo de cidades unidas por laços históricos muito fortes e por isso essenciais na política de cooperação regional. Impõem-se que as nossas empresas e instituições tomem as iniciativas possíveis, para ampliar a sua área de trabalho, para de forma segura reforçar a centralidade, ganhar espaço para desenvolver a economia, assegurar a afirmação e a ancoragem dos territórios vizinhos, conferir dimensão e sustentabilidade às políticas públicas e à economia.

É nossa vontade concretizar o máximo da nossa proposta de candidatura, cientes de que sendo os recursos próprios limitados eles têm preferencialmente que complementar recursos vindos dos apoios comunitários, do QREN, e que estes devem na medida do possível ser orientados para a competitividade a médio e longo prazo, o que retira alguns graus de liberdade à concretização indiferenciada de investimentos.

Durante o mandato daremos prioridade à consolidação do sistema de abastecimento de água, às questões da economia e do emprego, às questões sociais, da educação do desporto e lazer, da

cooperação fronteiriça e da modernização dos serviços do município, garantindo aos trabalhadores melhores condições de trabalho e aos munícipes melhor acessibilidade aos serviços, respostas mais simples e eficientes.

A cooperação institucional, será uma dimensão sempre presente nas políticas do município, destacando as entidades associativas e empresariais municipais de âmbito distrital, propondo-nos igualmente acompanhar os desenvolvimentos ao nível da NUT Trás-os-Montes.

Teremos presente o aprofundamento de parcerias com o Instituto Politécnico de Bragança em diversas áreas, com destaque para os projectos de parceria para a regeneração urbana e o Parque de Ciência e Tecnologia, com a rede Portuspark e seus associados, com a CESPU, na área do ensino e saúde, com a Faculdade de Direito de Lisboa, com o Instituto Gulbenkian de Ciência, nas muitas oportunidades em particular através do Centro Ciência Viva, com a Universidade Aberta e com o CEPESE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade.

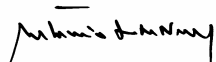
Ao nível transfronteiriço e transnacional, reforçaremos os trabalhos tendo por base os instrumentos existentes: Fundação Rei Afonso Henriques; Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET – AECT e a rede de cidades geminadas.

Continuaremos a promover trabalhos de investigação no sentido de reafirmar a identidade e grandeza histórica de Bragança, na qual suportamos a construção do futuro, grandeza que não é sempre um dado adquirido, tem que ser promovida de forma continuada e sustentada com trabalho e entusiasmo muitas vezes vencendo adversidades e contrariedades.

O caminho faz-se focando nos aspectos positivos, com os que cultivam valores e preferem o trabalho contra o ócio, a vida fácil e a maledicência; pelos que assumem responsabilidades públicas ou privadas e impulsionam as instituições e as empresas e pelos muitos homens e mulheres anónimos, todos empenhados, tantas vezes lutando contra as dificuldades e o desânimo mas fazendo o caminho de realização individual e colectiva que nos conduz à prosperidade e à liberdade.

A todos os Bragançanos é exigido o reconhecimento dos deveres para com os próprios, para com a nossa terra e o nosso país e de que a exigência tem um limite, o da possibilidade de ser suportada pelo esforço de todos. Aos seus representantes, ainda que com agendas políticas específicas compete em cada momento compreender as oportunidades e as dificuldades, congregar esforços para engrandecer as instituições, fortalecer a cidadania, contribuir para a construção de um futuro melhor para todos.

Viva Bragança, Viva Portugal



António Jorge Nunes, Eng.º



O PRESIDENTE DA CÂMARA INSTALADO, -----

António Jorge Nunes (PSD)_____

OS VEREADORES MUNICIPAIS INSTALADOS: -----

Jorge Manuel Nogueiro Gomes (PS)_____

Rui Afonso Cepeda Caseiro (PSD)_____

Humberto Francisco da Rocha (Movimento Sempre Presente)_____

Maria de Fátima Gomes Fernandes (PSD)_____

José Leonel Branco Afonso (PS)_____

Hernâni Dinis Venâncio Dias (PSD)_____

MEMBROS ELEITOS PELO COLÉGIO ELEITORAL DO MUNICÍPIO, INSTALADOS:

Luís Manuel Madureira Afonso (PSD)_____

José Carlos Correia Mota Andrade (PS)_____

Amândio dos Anjos Gomes (PSD)_____

Isabel Maria Lopes (PSD) _____

José João Martins Lourenço (Movimento Sempre Presente)_____

Vítor Prada Pereira (PS)_____

José Alberto Moutinho Moreno (PSD)_____

Carlos José Cadavez (PSD)_____

Maria de Fátima Renovato Veloso (PS)_____

Élia de Fátima Moreira Ferreira Cordeiro (PSD)_____

Agostinho Gonçalves Esteves (Movimento Sempre Presente)_____

António Eduardo Fernandes Malhão(PSD)_____

Luís Carlos Magalhães Pires (PS)_____

Martinho Eduardo do Nascimento (PSD)_____

Alcídio Augusto Castanheira (PS)_____

Maria Teresa (PSD)_____

Rui Fernando Rodrigues Correia (PSD)_____

Armando José Morais (Movimento Sempre Presente)_____

Sandra Marisa Rodrigues Valdemar (PS)_____

José Luís Baltazar (PSD)_____

Maria Madalena Morais Morgado (PSD)_____

Luís Filipe Pires Fernandes (PS)_____

Acúrcio Álvaro Pereira (PSD)_____

Manuel Agostinho Pires Diz (Movimento Sempre Presente)_____

Domingos Moura dos Santos (PSD)_____

João Baptista Ortega (PS)_____

Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida CDS/PP)_____

Adriana da Conceição Vilares Angélico (PSD)_____

Alzira da Conceição Bento Gomes (PS)_____

Nuno Filipe Machado Reis (PSD)_____

José António Saraiva Brinquete (CDU)_____

Cândido Vaz Alves (PSD)_____

Cristina Maria Rodrigues Afonso (Movimento sempre Presente)_____

Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso (PS)_____

Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho (PSD)_____

Carlos Abílio Moreno (PSD)_____

Manuel António Pires (PS)_____

António de Almeida Dionísio (PSD)_____

José Fernando Cameirão (Movimento Sempre Presente)_____

Luís Miguel Vale Fernandes do Vale (BE)_____

António Manuel Teixeira Batista (PSD)_____

Marisa Rodrigues Gomes Alexandre (PS)_____

Pedro Luís Esteves Fernandes PSD)_____

Dinis Manuel Prata Costa (PS)_____

Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós (PSD)_____

Normando dos Santos Lima (Movimento Sempre Presente)_____

Fernando Jorge Loução Lima (PS)_____

João Paulo da Veiga Matos (PSD)_____

Vânia Alexandra da Silva Rodrigues (PSD)_____

Aníbal de Jesus Raimundo Morais(PSD)_____

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA INSTALADOS:

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues (PSD)_____
AVELEDA	José Carlos Fernandes Valente (PS)_____
BABE	Alberto Manuel Sousa Pais (PS)
BAÇAL	João Francisco Alves (PSD)_____
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes PSD)_____
CARRAGOSA	Jorge Augusto Ala (PS)_____
CARRAZEDO	César Luís Gonçalves (PS)_____
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura (PSD)_____
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes (PSD)_____
COELHOSO	Paulo Manuel Almeida da Veiga (PSD)
DEILÃO	Manuel Benites Inácio (PSD)_____
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins (PSD)_____
ESPINHESELA	Telmo Ramiro Prada Afonso (PSD)_____
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia (PSD)_____
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa (PSD)_____
GIMONDE	João Victor Alves (PS)_____

GONDESENDE	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso (PSD)_____
GOSTEI	Carolina de Jesus Fernandes (PSD)_____
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco (PSD)_____
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires (PSD)_____
MACEDO DO MATO	João Nascimento Fernandes(PSD)_____
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves (PSD)_____
MILHÃO	Raquel Grande Tomé (Movimento S.Presente)_____
MÓS	Anselmo Aníbal Martins (PSD)_____
NOGUEIRA	José António Prada (PSD)_____
OUTEIRO	João Manuel Dias Sardinha (PSD)_____
PARADA	Norberto Santos Costa (Movimento S.Presente)_____
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca (PS)_____
PARÂMIO	José Augusto Afonso (PSD)_____
PINELA	António Jorge Brás Pires (PSD)_____
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues (PSD)_____
QUINTANILHA	José Carlos Rodrigues Fernandes (PS)_____
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa (PSD)_____
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João (PSD)_____
REBORDAÍNHOS	Albino Alves Rodrigo (PSD)_____
REBORDÃOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues(PSD)
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia (PSD)_____
RIO DE ONOR	António José Preto (PSD)_____
SALSAS	Filipe Osório Caldas (PSD)_____
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela(PSD)_____
SANTA COMBA DE ROSSAS	Elídio Alexandre Morais (PS)_____
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo (PSD)_____
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara (PSD)_____

SÃO PEDRO DOS SARRACENOS	António Carlos Sá (PSD)_____
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier (PSD)_____
SENDAS	Dinis Augusto Dias Pinela (PSD)_____
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Miranda (PSD)_____
SORTES	Juvêncio Alves de Carvalho (PSD)_____
ZOIO	Hélder Jorge dos Santos (PSD)_____